

tópicos e notas críticas

Mário Murteira

Progresso científico e progresso da ciência económica

O texto que se segue baseia-se em notas preparadas para as aulas introdutórias da cadeira de História das Doutrinas Económicas e Sociais, do 5.º ano do curso de Economia, do Instituto Superior de Economia.

Julga-se útil publicá-lo, não por se lhe atribuir carácter acabado, pretensamente definitivo, mas — bem ao contrário — por se considerar que é largamente contestável e revelador das próprias hesitações do autor no itinerário da sua reflexão pessoal. Deseja-se que possa estimular fecundas (mesmo se confusas) discussões do tipo das que se verificaram no âmbito da equipa docente daquela cadeira, que inclui também os Drs. José Mariguesa, Américo Ramos dos Santos, Fernando Martins, Augusto Mateus e Margarida Ponte Ferreira. Embora o autor tenha beneficiado das suas numerosas, civilizadas, mas ferozes (ou vice-versa) críticas, a responsabilidade das opiniões e dos erros de facto cabe-lhe inteiramente.

1. Em primeira aproximação, podemos dizer que o conhecimento científico se distingue do conhecimento vulgar pelo facto de utilizar determinados instrumentos de análise. Daí as definições da ciência como «conhecimento armado de instrumentos» (*tooled knowledge*) ou «bom senso refinado». Esta acepção tem, no entanto, o inconveniente de sugerir uma separação absoluta entre o *sujeito* e o *objecto* de conhecimento, este identificável independentemente daquele e ambos relacionados pela mediação de determinadas técnicas de análise. Ora o sujeito cria de algum modo o objecto e é este que permite (também) a construção daquele. Mas aceitemos, de momento, a dicotomia simplista sujeito/objecto do conhecimento antes de aprofundar a questão.

A ciência utiliza teorias ou modelos que de alguma forma garantem a *objectividade* do conhecimento. Como caracterizar tais teorias ou modelos ao nível das ciências experimentais, as primeiras que historicamente se desenvolveram e que ainda constituem um padrão ou termo de referência do avanço do conhecimento científico em geral?

Segundo Karl Popper¹, a teoria deve:

Possuir validade intersubjectiva;
Considerar certa base empírica;
Ser susceptível de confrontação com a experiência.

A teoria deve ser elaborada em termos de superar a subjectividade de cada autor. Deve exprimir-se numa linguagem despersonalizada, compreensível e aceitável por todos.

O problema da base empírica conduz-nos à «demarcação» entre conhecimento científico e conhecimento «metafísico», nos termos de Popper.

A concepção tradicional da ciência — oriunda do século passado — resumia-se no seguinte ciclo, característico da investigação científica: observação, hipótese, experimentação, indução. Duma observação preliminar da realidade, o cientista elabora uma hipótese; a experimentação confirma-a; a indução permite a passagem do particular ao geral, dos casos observados à *lei universal*. As leis seriam conquistadas à natureza, de uma vez por todas, numa revelação contínua da ciência.

Hoje não se tem uma interpretação tão simplista do conhecimento científico. A experiência não «prova» as teorias, nem faz sentido afirmar que a base empírica «produza» teorias. Como escreveu Einstein, «não se pode fabricar a teoria a partir dos resultados da observação, mas apenas inventá-la»². Não existe perfeita continuidade entre a observação empírica e a construção do modelo lógico. Aquela pode inspirar esta e reciprocamente; mas trata-se de actividades distintas que pertencem a esferas diferentes do conhecimento humano.

Sendo assim, embora o conhecimento científico mantenha relação com uma base empírica, a ligação é menos íntima do que se supunha ao reduzir o método científico ao método experimental. Como fazer então a «demarcação» entre ciência e metafísica?

Para Karl Popper, a saída para o problema consiste, não em admitir que o teste empírico prova a *veracidade* da teoria, mas, antes, que existe a possibilidade de o teste demonstrar a *falsidade* da teoria.

Uma teoria, para ser considerada como científica, deve ser formulada em termos tais que permita o teste empírico (o que não significa exigir que ele seja necessariamente possível no imediato). A teoria servirá enquanto o teste não mostrar a sua falsidade. Se a experiência confirma — provisoriamente — as predições da

¹ *La lógica de la investigación científica*, Madrid, Técno, 1962.

² Carta a Karl Popper, *op. cit.*, p. 427.

teoria, esta passa, subsiste, mas não se diria verdadeira; em caso contrário, é falsa, deverá ser abandonada.

2. A relação conhecimento-objectividade, considerada como essencial na definição da ciência, tem outras implicações que nos interessa referir. Poderemos perguntar: *em que sentido se poderá falar de «progresso científico»?* Esse «progresso» será, ele próprio, *identificável em inteira objectividade?*

Vem isto a propósito das teses defendidas por Thomas Kuhn³ num ensaio largamente debatido. Embora a obra esteja quase por completo centrada nas ciências da natureza, tem também interesse no campo das ciências sociais.

Kuhn procura analisar o processo das revoluções científicas, crises que surgem nos vários campos do conhecimento. Nessa análise introduz vários conceitos que interessa definir: *ciência normal*, *paradigma*, *comunidade científica*. Os três conceitos estão intimamente relacionados.

A ciência *normal* consiste, para Kuhn, na actividade de investigação exercida por uma comunidade científica que partilha a aceitação dum determinado paradigma.

O paradigma compõe-se de «generalizações simbólicas»; implica a crença no poder explicativo de determinados modelos e a aceitação comum de certos valores prioritários (por exemplo, capacidade da teoria para estabelecer previsões, primazia dos raciocínios quantificados sobre os qualitativos, etc.); requer ainda a definição de *exemplos* de problemas susceptíveis de resolução no âmbito do paradigma, com vista à formação dos novos membros da comunidade científica. Os *livros de texto* (manuais) consolidam o paradigma na comunidade científica.

Somente os campos do conhecimento que permitem a definição dum paradigma naquele sentido, que implica assim a aceitação duma matriz teórica, pela comunidade profissional que se ocupa da investigação nesse domínio, merecem a designação de «científicos». O paradigma estabelece uma caracterização de problemas e define também certas regras metodológicas que em princípio permitirão a respectiva solução. Os investigadores — tranquilizados quanto aos fundamentos da sua ciência, que não discutem, não põem em causa e até podem não conhecer em profundidade — podem dedicar-se à pesquisa sobre os problemas que o paradigma identificou, sem resolver imediatamente. Esta «ciência normal» progride rapidamente, porque dispõe de ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas para problemas cada vez mais limitados e precisos, e assenta numa comunidade coesa que rejeita toda a investigação heterodoxa.

Como surgem então as «revoluções científicas»? Quando um paradigma é posto em causa, diversas escolas rivais propõem novos e distintos paradigmas e a actividade da «ciência normal» é contestada por parte significativa da comunidade científica.

³ *The structure of scientific revolutions*, Foundation of the Unity of Science, University of Chicago Press, 2.^a ed., 1970.

Esta situação de crise pode ser provocada por diferentes circunstâncias: a descoberta de resultados experimentais que contradizem aspectos do paradigma prevalecente; a incapacidade deste para fazer avançar o conhecimento em direcções que, por qualquer motivo, se tornam relevantes no campo científico em questão; o aparecimento duma escola rival que atrai novos membros para a comunidade dos cientistas.

Em todo o caso, salienta Kuhn, os novos paradigmas são propostos ou por cientistas muito jovens, ou, de qualquer forma, novos no campo em questão.

A resistência das autoridades científicas (segundo uma escola dominante) a essa radical mudança de fundamentos que implica a substituição do paradigma é expressa pela frase de Max Planck: «uma nova verdade científica não triunfa por convencer os seus opositores e fazê-los ver claro, mas antes porque esses opositores acabam por morrer e uma nova geração surge, familiar com ela.»⁴

Voltando à nossa questão inicial, a aceitarmos estas concepções de Kuhn (que nos parecem em larga medida incontestáveis), qual poderá ser então o sentido possível do progresso do conhecimento científico?

É evidente que ocorre facilmente a noção de progresso científico numa situação de «ciência normal», isto é, no quadro dum paradigma dado. A questão torna-se muito mais complexa se atendermos ao processo não contínuo, «revolucionário», que se tem verificado a longo prazo.

É óbvio que fica em causa a noção simplista dum processo cumulativo que permitiria ao homem, progressivamente, um conhecimento mais aprofundado de si próprio e do mundo exterior. Também não é possível rejeitar, sem mais, qualquer noção de «progresso» na evolução do conhecimento científico. Pois parece que esse progresso consiste, não tanto na percepção dum *mundo dado* que o homem conheceria cada vez melhor, mas sim na *construção* de sucessivos «mundos», objectos do conhecimento teórico, que a ciência define em cada época perante os problemas que a comunidade dos investigadores, por qualquer razão, *prefere identificar e resolver*.

Voltaremos a estas ideias, mais adiante, para o caso da economia (n.º 6).

3. A ciência carece de uma base empírica, em suma; mas o conhecimento humano não atinge verdades absolutas a partir do empírico. Se existem tais verdades, carecemos doutros métodos para a sua descoberta.

Vejamos então, mais geralmente, como distinguir a ciência da filosofia — não apenas a ciência experimental da «metafísica», problema que antes referimos.

⁴ Cf. KUHN, *op. cit.*, p. 151.

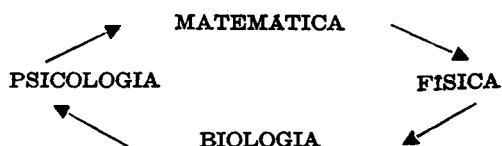
É sabido que as várias ciências se autonomizam a partir da filosofia, desde as matemáticas no tempo dos Gregos até à economia no século XVIII ou à psicologia no século XIX. A filosofia pareceria tender, assim, para um residuo sucessivamente mais limitado até à completa absorção da sua temática pela ciência. É duvidoso que esta tendência possa ser indefinidamente extrapolada, até porque há uma interacção que tem posto e continuará a pôr radicalmente em causa os fundamentos que se consideram adquiridos em cada época⁵. É possível que o «residuo» extracientífico se revele sempre indispensável, ao menos para suporte da própria reflexão científica.

Mas, seja como for, e no momento actual, como distinguir a ciência da filosofia?

Jean Piaget põe o problema em termos que julgamos representativos dum largo consenso de opinião. O cientista distingue-se do filósofo, sobretudo, pela exigência de *delimitação* e *verificação*. O filósofo ocupa-se das questões mais gerais e, procurando sínteses, é forçado a falar «de tudo ao mesmo tempo». O cientista é mais paciente e modesto nas suas ambições: delimita cuidadosamente o seu campo e avança em conformidade com disciplinas metodológicas rigorosas.

No entanto, isto não significa reduzir o conhecimento científico à existência da base empírica. Para Piaget, a ciência pode utilizar diversas técnicas analíticas: a observação sistemática, a experimentação, a matematização e a própria *dedução qualitativa*, desde que se encontre regulada por algoritmos simbólicos rigorosos⁶.

Ainda seguindo o mesmo autor, existe um círculo do conhecimento científico com o seguinte esquema:



Encontramos nos dois pólos a matemática e a biologia. A primeira utiliza ao máximo a actividade do sujeito, pois que é uma ciência essencialmente dedutiva. A segunda, ao invés, reduz ao mínimo a dedução e socorre-se sobretudo da experiência. «E depois, entre os dois pólos da matemática e da biologia, assim orientados simetricamente, a física e a psicologia participam, simultaneamente, mas também de modo complementar, da corrente idealista, que predomina na matemática, e da corrente realista, de que a biologia é o exemplo mais puro. A física aplica, por um lado, a matemática ao real e contribui assim para assimilar este aos esquemas

⁵ Cf. J. BACHELARD, *Filosofia do Espírito Científico*, Lisboa, Ed. Presença, 1972.

⁶ PIAGET, *Psicologia e Epistemologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972, cap. v.

do nosso espírito; mas já tem perante si um objecto resistente e o seu idealismo relativo tempera-se pois, necessariamente, de um certo realismo, sem nunca poder, aliás, dissociar inteiramente esse objecto das operações intelectuais ou materiais que com ele inter-actuem para o tentar conhecer. A psicologia, inversamente, traz a herança do realismo, por vezes um pouco pesado, da biologia, e as tendências 'organicistas' que intervêm na explicação da vida mental prolongam essa redução do sujeito actuante ao objecto material, tentada pelo biólogo. Mas, pelo próprio facto de, ao seguir as etapas do desenvolvimento mental, tentar explicar as operações constitutivas da matemática e da física, a psicologia inicia já essa redução idealista do objecto ao sujeito que triunfa na matemática pura.»⁷

Concluimos que a unidade da ciência — mesmo num sentido meramente epistemológico, ao nível da teoria do conhecimento — se não encontra realizada, nem parece fácil atingir tal objectivo (se ele faz sentido). Tentativas dessa natureza parecem hoje destinadas necessariamente à reflexão filosófica, isto é, não se coadunam com as exigências da investigação científica tal como foi caracterizada. Não é todavia despropositado imaginar que essa reflexão possa um dia sujeitar-se as rigorosas disciplinas metodológicas que definem a ciência.

Por outro lado, não seria defensável a redução da filosofia à temática epistemológica. Basta referir um vastíssimo campo de reflexão, hoje de flagrante actualidade, que não é também redutível à ciência: trata-se da axiologia, ou fundamentação dos valores que orientam o comportamento humano.

4. As considerações anteriores respeitaram essencialmente às chamadas ciências exactas e naturais. Terão algum cabimento no âmbito das ciências sociais? Vamos mostrar que sim. Para isso carecemos, em primeiro lugar, de situar brevemente a economia dentro das ciências sociais.

A economia é privilegiada no conjunto das ciências sociais. Por várias razões.

A economia é a mais antiga das ciências sociais e tem mantido — ou até acentuado — o seu avanço como conhecimento científico do social. Como sabemos, o surto da ciência económica associa-se estreitamente ao surto de algo de novo na experiência histórica do homem: o desenvolvimento da sociedade industrial e urbana. Esta coincidência, só por si, explica a importância particular do conhecimento económico dos fenómenos sociais.

O aspecto anterior associa-se a estoutro: a existência social do homem é largamente condicionada pelo económico. Não é necessário aceitar a filosofia marxista para se reconhecer o condicionamento da realidade social por factores económicos. Isto é: explicar o económico é, em grande parte, explicar o social, e não será possível explicar este sem previamente teorizar o primeiro. Por exemplo,

⁷ PIAGET, *op. cit.*, p. 140.

explicar o chamado «desenvolvimento social» carece duma explicação «do desenvolvimento económico».

O ponto de vista próprio da ciência económica facilita um progresso como conhecimento científico da realidade social; esse ponto de vista favorece a quantificação, o acesso crescente a uma feição empírica. A economia⁸ tem como questão central a *escassez*, isto é, a indisponibilidade de meios adequados para a satisfação de todas as necessidades humanas. A temática mais característica da ciência económica respeita à aplicação óptima de recursos escassos. Tal perspectiva estabelece contas e orçamentos, procura fundamentar decisões em regras precisas, traduzidas matematicamente. Esta circunstância favorece certa aproximação da economia relativamente à metodologia geral do conhecimento científico.

Consequência dos factos anteriores é a posição da economia como a mais *prática* das ciências sociais. Em que sentido?

Podemos definir-se a economia actual como «a teoria dos sistemas económicos controlados».⁹ A economia é hoje essencialmente encarada como uma *teoria para a acção*, um conhecimento que visa a preparação de decisões racionais, e isto tanto no nível microeconómico (empresas) como macroeconómico (estados). Tomou-se à letra a frase de Marx — não se trata já de compreender a realidade, mas sim de transformá-la —, e a economia não é contemplativa, mas activa. E pode sê-lo, por se tornar operacional, empírica, «científica», no sentido moderno.

Finalmente, em várias latitudes, a economia tornou-se também a mais popular das ciências sociais, para o bem ou para o mal dos economistas. Em parte, isto resulta de vivermos em *sociedades económicas*, sociedades que valorizam como nunca na história os objectivos económicos. A sociedade industrial, ou em vias de industrialização, é uma sociedade *económica* porque, acima de tudo, procura o enriquecimento, o *ter mais*. Mesmo que o ter mais sacrifique o *ser mais*, isto é, o autêntico desenvolvimento da pessoa humana. Naturalmente que este contexto favorece a popularidade da economia. Além do mais, isso facilita o progresso da ciência económica porque os poderes constituídos precisam dela e financiam a actividade dos seus investigadores. A economia é a mais procurada das ciências sociais, e naturalmente que tal facto estimula o seu progresso. No entanto, tal circunstância limita também o sentido ou o alcance desse progresso, como veremos adiante.

Afirmou-se anteriormente que a economia, mercê das suas características próprias, pode ambicionar uma metodologia próxima — nos seus aspectos essenciais — da ciência *tout court*, isto é, do conhecimento dos fenómenos apoiado em técnicas de análise que respeitam as condições apontadas para a teoria «científica». Analisemos mais de perto esta questão.

Na célebre classificação de Schumpeter, as técnicas de análise da ciência económica são a teoria, a estatística, a sociologia e a história económica. Mais recentemente, a econometria veio a ocupar

⁸ Na linha de desenvolvimento que adiante, seguindo SWEETZ, chamaremos «ortodoxa», ou (mais pacificamente) «neoclássica».

⁹ Adolph LOWE, *A Ciência da Economia Política*, Zahar, 1965.

o lugar preponderante no conjunto das técnicas de análise. Como escreveu Frisch, «A experiência mostrou que cada um dos três pontos de vista seguintes — da estatística, da teoria económica e das matemáticas — é condição necessária, mas não suficiente, duma compreensão efectiva das relações quantitativas na vida económica moderna: é a sua unificação que se torna necessária. É esta unificação que constitui a econometria».

Esta invasão da econometria, na corrente do pensamento económico ocidental predominante, relegou para segundo plano contribuições da história e da sociologia, mas, por outro lado, deu à ciência económica o carácter operacional, instrumental, de que carecia para fundamentar decisões. A generalização do tratamento automático da informação, o uso cada vez mais frequente dos computadores, veio também impulsionar esta tendência.

Mais profundamente, a concepção tradicional da teoria económica veio a ser posta em causa.

Qualquer ciência elabora modelos. Na economia, esses modelos serão mais ou menos explícitos, mas existem sempre na mente do investigador. Smith, Ricardo ou Marx — consciente ou inconscientemente — construíram modelos analíticos. Nem sempre os modelos são expressos rigorosamente, formulados matematicamente. Mas a tendência moderna do pensamento económico vai claramente nesse sentido, da formalização rigorosa dos modelos. Porém, os modelos elaborados pela teoria económica são construções *a priori*, com relações funcionais entre variáveis certas, e não relacionados com qualquer base empírica. Tais modelos não seriam *científicos* no sentido de Karl Popper, pois não podem ser confrontados com a experiência. É a econometria que permite a construção de modelos testáveis, susceptíveis de *exame pelos factos*. A econometria transforma o modelo *a priori* num modelo *empírico*, com variáveis *aleatórias*, respeitando leis de probabilidade. O modelo torna-se, não apenas testável, mas também *operacional*. Na maior parte dos casos, do modelo *a priori* passa-se a um *espaço de estruturas* e a estatística permite a identificação aproximada da estrutura adequada através das técnicas de estimação dos parâmetros.

Poder-se-á no entanto dizer que a econometria permite saber se o modelo teórico, *a priori*, é ou não *verdadeiro*? De modo algum, pois se trata dum problema mal posto. Tal como vimos antes, em geral, no método científico, a econometria permitirá dizer se o modelo *serve* ou *não* perante determinada base empírica; permite também uma *inspiração para a teoria*, mas não constitui o seu suporte exclusivo.

5. Até agora ignorámos o problema da neutralidade da ciência. Correntemente, a oposição entre ciência e doutrina é assim formulada: a ciência diz *o que é*, em inteira objectividade, ignorando *o deve ser*; ao contrário, a doutrina não é neutral, toma partido, formula juízos de valor. Veremos que esta oposição é, em larga medida, simplista, se não enganadora.

As maiores dificuldades do pensamento económico científico situam-se, pode dizer-se, ao nível do ideologismo. Se o cientista é

contaminado pela ideologia — dizem alguns —, desvanece-se a objectividade, perde sentido a ambição de fazer ciência. Que devemos então entender por ideologia? Retemos apenas duas acepções possíveis que nos permitem identificar, com alguma precisão, as maiores ameaças defrontadas pela desejável objectividade da ciência económica.

Para Marx, a ideologia corresponderia à alienação das ideias, numa sociedade capitalista, decorrente duma alienação económica de base. A propriedade privada dos meios de produção, a luta de classes, a exploração do trabalho operário, determinavam — entre outras consequências — uma mistificação ao nível das ideias dominantes, incluindo a chamada economia burguesa. Esta não exprimiria mais do que os interesses duma classe. Tratar-se-ia pois duma pseudociência.

Para Schumpeter, o *bias*, ou desvio ideológico, situa-se no nível da visão, do olhar pré-científico que o economista lança pela realidade antes da elaboração do modelo. A visão não pode ser controlada pelo método científico; aí intervém o coeficiente pessoal do cientista, as suas preferências, a sua experiência, a influência do meio, da classe, da família, da religião, etc. Mas é esse olhar que vai condicionar decisivamente a elaboração do modelo. A «visão» escolhe variáveis, fragmenta a realidade, selecciona hipóteses. O modelo apenas dá consistência lógica a esse olhar apriorístico¹⁰.

Estes dois sentidos do termo *ideologia* servem-nos para a compreensão do problema da objectividade da ciência económica. Certamente que não podemos ignorar as sérias limitações do pensamento individual, que, em maior ou menor grau, será sempre socialmente determinado. Porém, para Schumpeter, o *bias* ideológico não condenava definitivamente a ciência. Esta continua possível, mas é preciso concienzializar os desvios ideológicos¹¹. Marx resolveu o problema de forma completamente diferente: a verdadeira ciência residiria no socialismo dito «científico» e a autêntica ciência económica só poderia ser aquela que interpretasse correctamente as objectivas leis da história e, ao tempo, servisse a desalienação do homem, ou seja, a supressão do capitalismo.

Discutir em profundidade estas questões equivale a discutir as próprias correntes doutrinárias que têm comandado a evolução do pensamento económico. Procuremos reter apenas algumas ideias fundamentais.

Em primeiro lugar, deve reconhecer-se que certa defesa da neutralidade da ciência tem objectivamente funcionado como ideologia, no sentido de Marx, isto é, consciente ou inconscientemente, essa defesa favorece os interesses das classes dominantes. O economista recusa-se explicitamente a tomar partido, contém as suas análises dentro das fronteiras do que considera objectivo e assim corre o risco de esvaziar o seu pensamento de opções expressas sobre as áreas mais controvertidas do objecto da ciência económica.

¹⁰ Cf. «Science and Ideology», in *American Economic Review*, Março de 1949.

¹¹ Além de que, como escreveu SCHUMPETER, mesmo um homem com preconceitos pode ter razão...

Por outro lado, parafraseando Joan Robinson, se o economista se interessa mais pelas razões que tornam o preço dum ovo diferente do preço duma chávena de chá, em lugar de analisar o conceito de exploração do trabalho, está manifestamente tomando partido *pelo que está* relativamente ao *que poderia estar (ou ser)*. Isto leva-nos a distinguir entre neutralidade da ciência e neutralidade dos cientistas.

O argumento favorável à neutralidade da ciência encontra-se na garantia da utilização de métodos científicos na aproximação do real. Procura-se a neutralidade como garantia de objectividade (ou «veracidade»); neste sentido se diz que as boas intenções fazem má economia. O economista, quando pretende fazer ciência, deve, assim, cingir-se rigorosamente aos métodos da sua disciplina, mesmo que eles conduzam a conclusões contrárias aos seus princípios ou interesses¹².

Mas já não é defensável a neutralidade do economista (ou cientista) como homem, como cidadão, se quisermos. O homem que não toma partido, mesmo pelo amor da sua ciência, é um ser diminuído, ingénuo ou hipócrita. Claro que esta questão se situa num plano distinto da outra (da neutralidade do conhecimento científico). Aqui trata-se da ética, e não da filosofia das ciências.

Sendo assim, a «neutralidade» da ciência, como problema, perde muito do seu sentido: o cientista não *pode* ser nem *deve* ser neutral; a ciência carece de métodos objectivos, não enviesados... A questão pode ser transferida, com maior utilidade, para o terreno da sociologia do conhecimento económico.

6. Podemos agora retomar a análise de Kuhn sobre a natureza do progresso científico, transpondo-a para o caso da economia¹³. Logo à primeira vista encontramos algumas dificuldades, talvez mesmo insuperáveis, nessa transposição. Uma encontra-se na tão falada aceleração da história, que sujeita o próprio objecto do conhecimento teórico à adaptação a uma realidade em transformação muito rápida. Outra decorre das tensões entre grupos, classes e nações, que dão carácter eminentemente *conflictual* à realidade histórica, em particular à actividade económica das sociedades humanas.

Consequência deste facto é o estreito condicionamento do pensamento económico pela realidade social subjacente; os «graus de liberdade» daquele pensamento (ao menos ao nível das correntes dominantes) são certamente mais reduzidos do que os possíveis em ciências tais como a biologia ou a física.

É, todavia, fecundo aceitar como ponto de partida duma reflexão sobre a história da ciência económica algumas sugestões

¹² RICARDO era proprietário rural, ao contrário de MALTHUS. Ambos, no entanto, procuraram (com ou sem êxito) ver para além dos seus interesses. É disto que se trata.

¹³ Uma tentativa preliminar neste sentido encontra-se em P. SWEEZY, «Critique de l'économie politique», in *L'homme et la société*, n.º 15, 1970. O autor esboça o paradigma da economia ortodoxa em contraste com o que designa por paradigma marxiano.

de Kuhn. Recolhemos as seguintes, entendidas como meras hipóteses de trabalho:

- a) O desenvolvimento da ciência económica pode também ser interpretado em termos de «paradigmas» dominantes em cada fase histórica; esses paradigmas relacionam-se com as *situações clássicas* (Schumpeter), definidas por autores e obras mais influentes em dada época.
- b) Os «paradigmas» estão relacionados com o contexto histórico de cada período (no domínio dos factos e das ideias) e também com a *concepção do mundo* implícita na visão ou ideologia dos autores que mais contribuíram para a sua definição.
- c) Não há um desenvolvimento linear, contínuo, da ciência económica, que seria sobretudo determinado por uma *lógica interna* do avanço do conhecimento científico neste domínio; sem recusar alguma influência dessa lógica interna, sobretudo em períodos de *ciência normal* no sentido de Kuhn, o fundamental do processo encontra-se talvez nos períodos críticos em que diferentes correntes entram em competição para substituir uma anterior que é contestada mais ou menos radicalmente por parte da comunidade científica.

A esta luz, a génese e a evolução da ciência económica poderão talvez ser compreendidas mais profundamente do que numa simples descrição cronológica e, do mesmo modo, ficaremos melhor habilitados a avaliar o significado *actual* dessa mesma ciência.

Eis algumas questões para cujo útil tratamento uma perspectiva desta natureza se afigura indispensável.

Como foi possível estabelecer um certo consenso sobre a natureza da ciência económica por volta dos fins do século XVIII (a primeira «situação clássica», segundo Schumpeter) e de novo nos princípios deste século (situação dita «neoclássica»)? Apesar desse consenso inicial, como se explica que o mesmo património cultural (ao nível da ciência económica) conduza Stuart Mill a publicar, em 1848, uma obra que ambicionava a condição de paradigma (os *Principles of Political Economy*), e foi aceite como tal por algum tempo, enquanto Marx redigia o *Manifesto* e se preparava para escrever outra obra que seria «clássica», mas num sentido radicalmente diverso do de Mill, isto é, o *Capital*? E, no campo da economia ortodoxa ou neoclássica, que factores explicam que a obra de Robbins *Ensaio sobre a Significação da Ciência Económica* — também representativa de certo consenso sobre a natureza daquela ciência — anteceda de poucos anos a *Teoria Geral*, de Keynes, que vai provocar nova e inesperada revolução na «matriz teórica» da economia? E como se explica a situação actual da economia anglo-saxónica, que, tendo atingido elevado grau de especialização e refinamento técnico, é acusada por autores como Joan Robinson ou Myrdal de pouco ou nada ter a dizer sobre os problemas hoje realmente importantes, tais como: o sentido do

desenvolvimento, a evolução das relações económicas internacionais, ou o conceito do pleno emprego e da correspondente política? ¹⁴

E, depois disto, que poderemos dizer sobre o significado da expressão «progresso da ciência económica»? *Será um progresso em objectividade ou em veracidade?* Parece que, tal como vimos antes para a ciência em geral, se pode admitir um conceito limitado de progresso no âmbito dum paradigma dado (por exemplo, progressos no domínio da elaboração de modelos macroeconómicos de inspiração keynesiana); já num sentido mais amplo e profundo, não há que falar do progresso da ciência económica como algo de contínuo, mas *antes da maior ou menor adequação dum trabalho teórico relativamente ao objecto do conhecimento que a nossa visão do mundo considera mais relevante em cada momento histórico.*

Chamemos em nosso auxílio, ainda desta vez, o filósofo e humanista que foi, além do mais, Joseph Schumpeter. Ensinou-nos ele que a dimensão do economista pode ser aferida pela grandeza da sua visão (caso de Marx) ou da sua capacidade analítica (caso de Walras). O progresso da ciência económica ortodoxa levou ao extremo o segundo aspecto; quanto ao primeiro, parece que a fecundidade da visão de Marx não foi suficientemente explorada, talvez por nenhum Walras ter ainda surgido nessa linha. Caricaturando, estamos insatisfeitos (justamente) com o *pior* de dois mundos: uma refinada técnica nas mãos de míopes e uma larga visão que, por falta de membros, resta cientificamente impotente, ainda que politicamente útil ao nível da simples ideologia. Há hipótese de, dalgum modo, tornar consistente o *melhor* desses dois universos?

¹⁴ Ver, por exemplo, os textos daqueles autores na *American Economic Review* de Maio de 1970.